

Elementos para um Plano Regional de Qualificação Profissional no Setor Químico na Região do ABC

As potencialidades de desenvolvimento sustentável que se colocam para os diferentes segmentos que compõem a indústria química na região do ABC exigem ação integrada e tripartite para qualificar trabalhadores e gestores do setor que já atuam nas indústrias instaladas na região e promover o interesse e a qualificação para estudantes e jovens que queiram trabalhar na indústria química no ABC.

Esta é a síntese das opiniões apresentadas e debatidas na Oficina sobre Qualificação Profissional no Setor Químico na Região do ABC, realizada em 9 de dezembro de 2014, no Auditório do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

Iniciativa do Grupo de Trabalho da Indústria Química da Região do ABC (GT QUÍMICO), a oficina foi uma realização conjunta das Prefeituras de Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo e do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, com apoio do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Químicas do ABC, do CIESP Santo André, da Agência de Desenvolvimento Econômico Grande ABC e da Braskem.

A oficina teve por objetivo conhecer o perfil atual do trabalhador na indústria química regional, informar sobre as atividades educativas de natureza profissional relacionada à indústria química disponibilizadas pelas instituições de ensino na região do ABC e identificar os elementos para um Programa Regional de Qualificação Profissional da Indústria Química no ABC, destinado a suprir as necessidades atuais e futuras de mão de obra, em qualidade e quantidade adequadas a garantir um funcionamento equilibrado do mercado de trabalho, que priorize a população e a juventude locais.

Participaram da oficina 50 pessoas, representando o Poder Público (Consórcio Intermunicipal Grande ABC e Prefeituras de Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo e Rio Grande da Serra, além da Agência de Desenvolvimento Econômico Grande ABC), os trabalhadores (Sindicato dos Químicos do ABC; Federação dos Trabalhadores do Ramo Químico da CUT no Estado de São Paulo – FETQUIM), as indústrias químicas (Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM; Associação Brasileira da Indústria do Plástico – ABIPLAST; AkzoNobel; Cabot; Artep/Polibel; Plastec; Solvay) e instituições de ensino (SENAI; ETEC Júlio de Mesquita; Pentágono) e de pesquisa (DIEESE).

Thomaz Ferreira Jensen, economista do DIEESE no Sindicato dos Químicos do ABC, apresentou panorama da indústria química instalada no ABC, a partir dos resultados do estudo realizado pela MaxiQuim para a Frente Parlamentar em Defesa da Competitividade da Indústria Química, Petroquímica e Plástica, que reúne Deputados Federais e Senadores. As informações apresentadas estimam a participação da indústria química no conjunto da economia regional do ABC, em termos de faturamento líquido e de Valor Adicionado Fiscal (VAF). O estudo segmenta a indústria química a partir de três grandes grupos: produtos químicos para uso industrial, produtos químicos para uso final e transformação de plásticos e borrachas.

No primeiro grupo, inclui-se a produção petroquímica, de solventes, plastificantes e resinas termoplásticas e termofixas. Em suma, é o principal da indústria química no que se refere à atividade de indústria de base, cuja produção é insumo, comercializada para indústrias variadas, químicas e de outros segmentos, que irão incorporá-las na

produção de bens de consumo final. Representa cerca de 45% dos 356,5 bilhões de Reais faturados em conjunto pelos segmentos de produtos químicos para uso industrial e produtos químicos para uso final, em 2014, segundo dados consolidados pela ABIQUIM (Associação Brasileira da Indústria Química).

Os produtos de uso final referem-se àqueles cujo resultado da produção é diretamente comercializado ao mercado final, e inclui: produtos farmacêuticos; fertilizantes; higiene pessoal, perfumaria e cosméticos; produtos de limpeza; agrotóxicos; tintas e vernizes; e fibras artificiais e sintéticas. O conjunto destes segmentos responde pelos 55% restantes do faturamento líquido conjunto de produtos químicos de uso industrial e final.

E a indústria de transformação de plásticos e de borracha completa o conjunto de setores que compõem a definição de indústria química adotada no estudo da MaxiQuim. São atividades produtivas cujas mercadorias destinam-se, sobretudo, ao consumidor final, mas que por seu peso econômico e de geração de empregos, são analisados sem separado do segmento de produtos químicos de uso final.

O estudo da MaxiQuim mostra que a indústria química no ABC é responsável por 11,8% do faturamento do setor no Brasil, o equivalente a 49,5 bilhões de Reais ao ano. Apenas a Braskem, segundo o estudo, teve faturamento líquido de R\$ 5,4 bilhões no ABC em 2013. O faturamento das indústrias de transformação de plástico chegou a R\$ 3,9 bilhões no mesmo ano. Em 2011, dado mais recente disponível, o Valor Adicionado Fiscal (VAF) gerado pela indústria química no ABC foi de R\$ 10,2 bilhões, embora no ano 2000 tenha sido de R\$ 13,6 bilhões. Em termos de porte das empresas instaladas no ABC, é importante destacar que as micro e pequenas empresas somam 91,8% das empresas químicas na região.

Analisando a partir do faturamento líquido, os segmentos produtivos da indústria química instalados no ABC com maior geração de faturamento são, pela ordem: fabricação de produtos de limpeza; fabricação de cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumaria; fabricação de tintas; fabricação de produtos farmacêuticos; fabricação de resinas termoplásticas; fabricação de transformados plásticos; e petroquímicos básicos. Note-se que os quatro primeiros segmentos são produtos de uso final. Apenas resinas e petroquímicos básicos pertencem ao segmento de produtos químicos para uso industrial.

Os segmentos cujo faturamento líquido gerado no ABC apresentam destaque em âmbito nacional são: fabricação de tintas (63% do faturamento líquido no Brasil é gerado no ABC); fabricação de produtos de limpeza (33%); e fabricação de cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumaria (24%).

Existem desafios para que a indústria petroquímica recupere o destaque de antes no cenário nacional. O dimensionamento da petroquímica é referenciado em todo o mundo através da capacidade de produção de eteno, insumo básico para a cadeia petroquímica. A produção e o consumo de eteno no Brasil estão em cerca de 3 milhões de toneladas por ano, cerca de 2,3% do mercado mundial. O pólo de Capuava, pioneiro do Brasil, cuja produção inicia-se no início da década de 1970, hoje ocupa a terceira colocação entre os quatro pólos petroquímicos nacionais, com sua capacidade de 700 mil toneladas por ano de eteno. O ranking é liderado por Camaçari, na Bahia, que entrou em operação em 1978, com capacidade instalada de 1,280 milhão de toneladas

por ano, seguido por Triunfo, no Rio Grande do Sul, cuja produção iniciou-se em 1982, com 1,200 milhão de toneladas/ano. O mais recente pólo brasileiro, localizado em Duque de Caxias, Rio de Janeiro, baseado em gás natural, inaugurado em 2005, já está com capacidade para produzir até 520 mil toneladas por ano de eteno, próximo de Capuava.

Neste sentido, afirmou Jensen “é somente através de uma estratégia coordenada de investimentos públicos em setores fundamentais de infra-estrutura, energia, petróleo e petroquímica, com exigência de contrapartidas sociais, que a economia brasileira poderá desenvolver-se e melhorar a condição de vida da população. Por isso, o Sindicato dos Químicos do ABC, conforme assinalado no Caderno de Resoluções de seu 11º. Congresso, realizado em março de 2013, defende o controle e o planejamento estatal no setor petroquímico nacional – base produtiva para quase toda a indústria – através da liderança da Petrobras no contexto de projeto de desenvolvimento para a cadeia produtiva que se inicia com a extração do petróleo e do gás, avança para a petroquímica e se integra na oferta de resinas para a transformação plástica. Para isso, é fundamental um amplo e público debate sobre os rumos da cadeia produtiva petroquímica brasileira, avançando para a efetiva construção de modelo de gestão baseado na participação dos trabalhadores na definição dos rumos das empresas, através de representantes nos conselhos administrativos, eleitos pelos trabalhadores”.

O economista do DIEESE também apresentou sobre o perfil do atual trabalhador nessa indústria, a partir dos dados mais recentes disponíveis (RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, de 2013). A categoria dos trabalhadores em indústrias químicas no ABC é bastante heterogênea, refletindo a própria estrutura produtiva do setor. No Pólo Petroquímico de Capuava, por exemplo, são cerca de 5 mil trabalhadores químicos (pouco mais de 10% do total da categoria no ABC), com remuneração média mensal de cerca de R\$ 5 mil e longos vínculos de emprego: 37,6% dos trabalhadores estão há 10 anos ou mais no mesmo emprego.

Analisando a categoria como um todo, com quase 40 mil trabalhadores, temos que a remuneração média mensal, excluindo os trabalhadores do pólo, é de R\$ 2.599 e o percentual de trabalhadores com 10 anos ou mais de emprego é de apenas 16,3%, sendo que 25% do total, excluindo os trabalhadores do pólo, possuem vínculo de apenas até 1 ano de emprego.

O total de trabalhadores na transformação plástica chega a 17.295, ou 46,3% do total da categoria dos Químicos do ABC. Este contingente é afetado diretamente pela atividade petroquímica, pois a matéria-prima para a transformação plástica – as resinas termoplásticas, são produzidas no pólo de Capuava.

Em síntese, trata-se de uma categoria com predominância de trabalhadores do sexo masculino (70% do total), sendo que as mulheres estão em destaque na indústria farmacêutica (cerca de 50% do total do segmento) e na fabricação de produtos de limpeza e cosméticos (são também metade do total de trabalhadores do segmento). Em relação à escolaridade formal, do total de 40 mil trabalhadores químicos no ABC, 56,9% possuem o Ensino Médio Completo, sendo que praticamente 20% estão cursando ou já são graduados no Ensino Superior. Em termos etários, há equilíbrio na distribuição: 32,3% estão na faixa de 18 a 29 anos de idade, mesmo percentual

daqueles com idade entre 30 e 39 anos. Entre 40 e 49 anos de idade, encontramos 23% da categoria, e acima de 50 anos, pouco mais de 11%.

Um dado que afeta a qualificação profissional na indústria química é a excessiva rotatividade de trabalhadores. Considerando apenas as demissões sem justa causa, temos que, na indústria de transformação plástica, a taxa de rotatividade é de 32,8%, a mais alta entre todos os segmentos e bem acima da média geral, de 23,2%. Mesmo nos segmentos ligados à petroquímica, temos elevada rotatividade: químicos orgânicos com 11,9%; inorgânicos com 17% e resinas e elastômeros com 21,6%.

A partir deste panorama, foram apresentadas as expectativas das empresas do setor químico em relação ao perfil necessário dos trabalhadores para suprir as atividades atuais e futuras, incluindo aquelas que se aplicam a pequenos e médios empresários e ou gestores. Para isso, Giancarlo Bechelli, diretor Industrial da LETSKA Indústria e Comércio Ltda. fez um histórico da implantação da indústria química no ABC, com destaque para a indústria de transformação plástica. Bechelli apontou pontos fortes que potencializam a atuação desta indústria na região: proximidade do fornecedor de matéria-prima; proximidade dos clientes; infra-estrutura para escoar a produção; existência em número adequado de trabalhadores capacitados para atuarem no setor. Entretanto, existem importantes desafios, também destacados por ele: faltam melhores políticas públicas de incentivo à produção; há dificuldade no acesso a crédito; pouco apoio financeiro para capacitação profissional; e dificuldade para implementar sistemas de gestão de qualidade. Bechelli apontou a necessidade de investimentos em capacitação profissional, tanto para as áreas administrativas como produtivas e foco em qualificação voltada para fortalecer a capacidade exportadora das indústrias de transformação plástica no ABC. Em síntese, Bechelli afirmou que “temos que procurar mecanismos, hoje, para qualificar e capacitar o profissional do futuro, no presente, para termos um futuro melhor”.

Em seguida, Wagner Brunini, diretor de planejamento da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH) e consultor da transnacional alemã BASF, ressaltou aspectos distintivos do ABC, como a capacidade de promover o diálogo social, a prioridade dada pelas empresas e pelos sindicatos à negociação coletiva e a existência de arranjos políticos, institucionais e administrativos únicos no Brasil e que potencializam os aspectos distintivos mencionados. Notadamente, Brunini ressaltou a atuação do Consórcio Intermunicipal Grande ABC e da Agência de Desenvolvimento Econômico Grande ABC, sobretudo pela capacidade que estas instituições têm de promover reuniões tripartites como essa oficina, com engajamento do Poder Público, dos Sindicatos de Trabalhadores e das Empresas, além de instituições de ensino e pesquisa.

A oficina contou também com a honrosa participação de Rafael de Sá Marques, diretor de Tecnologias Inovadoras da Secretaria de Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que fez detalhada apresentação sobre o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) no âmbito do Plano Brasil Maior. Este programa tem como principais objetivos reduzir o gargalo de Recursos Humanos qualificados, de nível técnico, nos setores estratégicos da economia nacional (com destaque para a indústria química); adequar a oferta de cursos das redes de escolas às reais demandas do mercado de trabalho, priorizando setores com maior conteúdo tecnológico; facilitar novos

investimentos e modernização do parque industrial nacional; e unificar as políticas sociais de inclusão produtiva às políticas de ampliação da competitividade e inovação nas empresas brasileiras.

Sá Marques destacou os principais resultados do Pronatec Brasil Maior em 2014, a partir do Mapa de Demanda por Recursos Humanos Qualificados. Foram 560 mil vagas mapeadas junto aos RHs das empresas; 458 mil vagas ofertadas pelas escolas; 338 mil vagas aprovadas (executadas ou em execução); mais de 1.500 empresas envolvidas, em 26 estados e 776 municípios.

O Pronatec Brasil Maior atua a partir da interação entre Demandantes, que são os Ministérios parceiros do Pronatec, responsáveis pela solicitação de cursos em suas áreas de interesse, e Ofertantes, que são as redes de escolas do Sistema S, os Institutos Federais e Estaduais de Ensino Técnico e as Universidades. Os parceiros do MDIC no Pronatec Brasil Maior (sindicatos de trabalhadores, associações empresariais, secretarias estaduais e municipais de desenvolvimento) ajudam a identificar a demanda dos setores, mobilizar alunos para garantir a ocupação das vagas e, principalmente, monitorar a qualidade dos cursos.

Sá Marques destacou que todos os cursos ofertados no âmbito do Pronatec Brasil Maior são gratuitos e podem ser acessados tanto para requalificação de trabalhadores em atividade quanto para a formação de trabalhadores para ocupação de novas vagas. O mapeamento da demanda por qualificação é feito diretamente pelos departamentos de Recursos Humanos das próprias empresas e os sindicatos de trabalhadores podem ajudar na identificação e mobilização de alunos. Outro destaque é a possibilidade dos cursos acontecerem dentro das empresas com demandas de qualificação.

O momento final da oficina contou com informativas exposições sobre a atual oferta de qualificação profissional para o setor químico na região do ABC. Claudinei Martins, do Colégio Pentágono, apresentou os cursos ofertados pela instituição: técnico em Química e técnico em Petróleo e Gás, ambas formações profissionais articuladas no âmbito do conceito de educação denominado Graduação Politécnica, desenvolvido pelo Pentágono e que articula dois ciclos contínuos de formação, Faculdade e Técnico.

A Graduação Politécnica prevê um percurso de formação único e mais curto, possibilitando ao educando cursar a Faculdade de Processos Químicos com Técnico em Química e a Faculdade de Processos Químicos com Técnico em Petróleo e Gás.

Ainda na vertente qualificação profissional, Pedro Teruji Minamidani, da Escola SENAI Mario Amato e da Faculdade SENAI de Tecnologia Ambiental, focou os cursos técnicos regulares em Cerâmica, Plásticos e Química, salientando que a metodologia aplicada é por competências, aquela que educa o aluno para a vida profissional, com preocupações nas capacidades sociais, organizativas e metodológicas. O programa praticando a inovação é desenvolvido pelos alunos dos primeiros termos de todos os cursos. Os cursos superiores de tecnologia contemplam Polímeros e Controles Ambientais. O primeiro está voltado para plásticos e borracha e o segundo para questões ambientais. Completando o ciclo de cursos regulares, a unidade escolar mantém vários cursos de pós-graduação modalidade *lato sensu*, principalmente na área de gestão.

A formação inicial e continuada, com cursos de pequena duração é adequada para reciclagens periódicas de profissionais. Ela atende as áreas de Cerâmica, Mármore e Granito, Logística, Metal-mecânica, Plásticos, Química e Tecnologia da Informação.

Em síntese, a indústria química no ABC, pioneira na região, atravessa momento decisivo de definição de rumos para consolidar sua trajetória de crescimento, gerando empregos e contribuindo para a atividade econômica regional. Desde que a Petrobras anunciou, em meados de 2007, as descobertas das imensas reservas de petróleo e gás na camada de pré-sal – que se encontram, em grande medida, no litoral paulista, muito próximo à região do ABC – novas potencialidades se descortinaram para a indústria química aqui instalada.

Os recursos do pré-sal possibilitam à indústria brasileira – e de forma muito especial, à indústria do petróleo e da química – acelerar seu crescimento, desenvolver-se de forma integrada, agregar valor à sua produção, gerar empregos com elevado padrão de qualidade (remuneração adequada, estabilidade pela supressão da rotatividade, em ambientes de trabalho seguros e com diálogo entre trabalhadores e empregadores) afastando, de vez, qualquer possibilidade de desindustrialização precoce de nossa economia.

Como pudemos debater sobre os desafios da qualificação na indústria química, a viabilização do crescimento sustentável exige mais proteção social, mais diálogo dentro da fábrica, mais segurança no emprego contra a demissão imotivada, com jornada de trabalho equilibrada com a vida social e familiar, com locais de trabalho mais seguros e saudáveis.

Não haverá crescimento econômico que não seja sustentado em termos trabalhistas, sociais e ambientais. Esta é a inovação que a indústria química brasileira deve desenvolver, em diálogo com os trabalhadores e Poder Público, atuando com o propósito de articular os atores regionais e suas demandas com vistas a potencializar ações para o desenvolvimento sustentável do setor na região.

Grupo de Trabalho da Indústria Química da Região do ABC

Oficina sobre Qualificação Profissional na Indústria Química do ABC: realidade e possibilidades

Realização



Apoio

